

ANC

Carta deixa consumidor órfão

Delfim Netto é quem afirma e os supermercados concordam

ANA CLAUDIA BARBOSA
Da Editoria de Economia

A nova Constituição servirá, a partir do dia 5, de respaldo a todas as categorias mais organizadas de trabalhadores em geral e, principalmente, a empresários "que trataram de se fortalecer de forma espantosa, eliminando a concorrência entre si. Todos estão preparados, menos o consumidor, que ficará entregue à sanha do Estado e do setor privado".

O pensamento é do ex-ministro da Fazenda, Delfim Netto, hoje deputado do PDS paulista. Mas, por estranho que possa parecer, com ele concordam unanimemente os empresários do setor supermercadista. Numa clara demonstração de apoio às idéias do deputado, cerca de 6 mil representantes do ramo, reunidos essa semana na 22ª Convenção Nacional de Supermercadistas, no Rio de Janeiro, aplaudiram com entusiasmo sua exposição.

No Brasil todos os aumentos são repassados ao consumidor, que acaba arcando com o maior peso, acrescenta preocupado o presidente da Associação Latino-Americana de Supermercados, João Carlos Paes Mendonça. "Hoje os consumidores pagam por todos os reajustes", diz Mendonça, que acredita ser esse o maior problema do setor no momento. Segundo ele, essa trans-

ferência cria uma série de dificuldades operacionais e financeiras. "A cada dia precisamos de mais capital de giro e por outro lado cria uma dificuldade no relacionamento com o consumidor", completa Paes Mendonça com a experiência de quem ficou por 10 anos à frente da Associação Brasileira de Supermercados (Abrás).

Depois de passar por um ano de congelamento o consumidor ficou mais esclarecido sobre o mecanismo de ajuste dos preços, mas nem por isso apagou-se a imagem de vilão empregada ao supermercadista desde então. E está exatamente nesse ponto a maior preocupação do setor, já que não há mais margem de mobilidade para trabalhar na contenção dos aumentos.

As perdas estimadas pela Abrás até o final do ano giram em torno de 10% — já prevendo uma pequena recuperação que sempre ocorre no final do ano, em função das festas. Isso porque o consumidor passou a racionalizar suas compras e o supermercadista sente significativa mudança no mix normal de aquisições, feitas pelas famílias de classe média.

Mas pelo que ficou concluído na Convenção Nacional de Supermercados, realizada no Rio de Janeiro de 26 a 28 passados, o setor chegou ao seu esgotamento de forças para contribuir



Delfim Netto

com a redução inflacionária. Pleiteia inclusive alterações na fórmula Custo, Lucro e Despesas (CLD) junto à Sunab, objetivando aumentar um pouco sua margem de lucratividade.

Nem por isso as promoções vão parar. A tônica para o final do ano é aumentar ainda mais as ofertas, porém será impossível conter os repasses dos reajustes aplicados pela indústria.

— O setor tem pequena margem para contribuir no combate à inflação porque já tem montada uma estrutura operacional de redução de custos. Além disso

estamos tendo uma carga de aumento dos gastos muito alta, em função dos serviços públicos. Há também a Constituição que irá nos onerar em pelo menos 15%, depois de promulgada — explica José Carlos Paes Mendonça, que preside ainda 120 lojas do grupo Bom Preço.

Para ele o mais correto seria sensibilizar a sociedade brasileira a aceitar os cortes que o Governo tentona fazer, para diminuir o déficit público. Paes Mendonça acha muito difícil a concepção do pacto social sem a participação efetiva de empresários e trabalhadores e lembra que ninguém admite cortes nas suas áreas, dificultando a atuação da área econômica do Governo.

Contudo, destaca que o problema não pode ser resolvido com choques, "que só tem efeito imediato". Pelo contrário, cita que a liberação de preços já vem com atraso.

A alegação dos empresários é que já existe maturidade suficiente no mercado nacional para alterar essa situação. Pelos menos quanto ao setor de venda de alimentos, cujos supermercados representam 80% da comercialização feita no Brasil. Hoje o segmento movimentava aproximadamente US\$ 14,5 bilhões, o que equivale a 5% do Produto Interno Bruto.

Como presidente da Associação Latino-

Americana de Supermercados, Paes Mendonça informa que o setor só não cresceu mais no Brasil nos últimos anos porque o momento econômico não tem permitido. "É um setor tecnologicamente avançado. Em termos de América Latina somos o segmento de maior desenvolvimento e participação na economia".

Para melhorar ainda mais esse quadro a Associação já trabalha na formação de um mercado comum na AL, a exemplo do Mercado Comum Europeu.

Grupos de trabalho estão estudando a melhor forma de viabilizar o projeto. Mas para concretizar a participação do Brasil na formação dessa idéia é preciso haver algumas mudanças na economia. Caso contrário os investimentos continuarão tímidos, apesar de todo o entusiasmo do presidente da Abrás, Arthur Sendas, de acreditar no futuro do Brasil. Nem todos pensam como ele.

A maior preocupação do momento é com o crescimento dos custos provindos da nova Constituição. Embora exista a intenção de diluir o aumento dos gastos em todas as etapas do mecanismo que envolve o setor, o mais fácil será mesmo repassá-los aos preços de ponta e então o maior prejudicado continuará sendo mesmo o consumidor.